

Protestos para celebrar data

MARIA FERRI

DA EQUIPE DO CORREIO

Nada de descanso. Os servidores da Educação do Distrito Federal aproveitaram o dia do professor para cobrar o plano de cargo e carreira da categoria. Pela manhã, cerca de 2 mil educadores fizeram um panelaço em frente ao Palácio do Buriti. No início da tarde, concentraram-se em frente à Câmara até conseguir uma cópia do projeto, enviado pelo governador Joaquim Roriz (PMDB) para a Câmara Legislativa na terça-feira. A intenção era analisar a proposta em assembléia ontem mesmo. Mas a diretoria do sindicato decidiu examinar com calma o documento e só depois apreciá-lo com os servidores.

Na Esplanada dos Ministérios, trabalhadores em educação vestiram a Estátua dos Candangos, na Praça dos Três Poderes, com a camiseta da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Cerca de 150 manifestantes dançaram em volta de uma colcha com cartões postais pedindo a derrubada dos vetos ao Plano Nacional de Educação feitos pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

As secretárias de Gestão Administrativa, Maria Cecília Landim, e de Educação, Maristela de Melo Neves, divulgaram os detalhes do projeto de lei que será votado pelos deputados distritais. O plano prevê aumento de até 150% sobre o salário básico da categoria. O vencimento de um professor com nível superior passará de R\$ 309 para R\$ 800. Com a incorporação das gratificações — algumas também reajustadas — o salário categoria pode chegar a R\$ 1,7 mil. Uma cartilha explicativa é elaborada e será distribuída com os servidores.

Os ajustes no plano de carreira, nunca mexido desde a implantação há 13 anos, será feito em cinco etapas e o aumento dependerá do tempo de serviço. O primeiro ajuste está previsto para março de 2004. Os outros serão em mar-

Fotos: Sergio Amaral



COM PANELAS NAS MÃOS, CERCA DE 2 MIL PROFESSORES DA REDE PÚBLICA SE REUNIRAM EM FRENTE AO PALÁCIO DO BURITI: TEMPO PARA ANALISAR PROPOSTA DO GDF

ço e setembro de 2005, e março e julho de 2006. O governo prevê um investimento de R\$ 404 milhões para a implantação do plano. O dinheiro sairá do Fundo Constitucional do DF, graças a um correção em torno R\$ 200 milhões que é negociada com o Ministério do Planejamento.

“O governador tem certeza que essa diferença será incorporada ao Fundo porque está prevista em lei e passou da hora de arrumar essa pirâmide distorcida que é o plano de carreira. A

nossa expectativa é de que essa diferença seja repassada até o final do mês”, afirma Landim. O projeto de lei não entrará em votação na Câmara antes do repasse, de acordo com a líder do governo, deputada Eurides Brito (PMDB). “Não há como enviar e aprovar um projeto sem que a receita esteja em caixa.”

Tabela única

O reajuste médio será de 75%. Mas há casos em que o aumento fica em 10% porque o servidor

tem menos tempo de carreira. A mesma regra é válida para aposentados e pensionistas. O projeto privilegia os professores que estão em sala de aula e os que cursam o ensino superior.

Uma das principais reivindicações do Sindicato dos Professores (Sinpro) é a aplicação de uma tabela única de nível superior para a categoria. Hoje a carreira está dividida em três níveis: médio (normalista), licenciatura curta (até 8ª série) e licenciatura plena (até o final do ensino mé-

dio). Mas segundo a secretária Maristela Neves, só será possível atender essa reivindicação em 2005 ou 2006, depois que cinco mil professores do GDF concluam o ensino superior pago pelo governo em duas universidades de Brasília.

A proposta do Executivo será analisada em assembléia geral marcada para 4 de novembro. O acampamento montado pelos professores em frente à Câmara continuará erguido até a proposta ser votada em plenário.